

FORMAÇÃO DE PROFESSORAS A DISTÂNCIA: ÊXITOS E REVESES SOBRE A TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL DAS EGRESSAS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICA

*DISTANCE TEACHER TRAINING: SUCCESSES AND RESETS ON THE
ACADEMIC AND PROFESSIONAL TRAJECTORIES OF GRADUATES FROM
A PUBLIC HIGHER EDUCATION INSTITUTION*

*FORMACIÓN DOCENTE A DISTANCIA: ÉXITOS Y REINICIOS EN LAS
TRAYECTORIAS ACADÉMICAS Y PROFESIONALES DE EGRESADOS DE
UNA INSTITUCIÓN DE EDUCACIÓN SUPERIOR PÚBLICA*

THALITA RODRIGUES ROSSI

Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) – Viçosa – MG.

thalitarodriguesrossi@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8303-9183>

MÁRCIA BARROSO FONTES

Doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Adjunta da Universidade Federal de Viçosa (UFV) – Viçosa – MG.

mbfontes@ufv.br

<https://orcid.org/0000-0002-0400-9307>

Recebido em: 29/04/2023

Aceito em: 22/02/2024

Publicado em: 18/03/2025

Resumo

Este artigo objetivou identificar o perfil das egressas que concluíram ou desistiram das licenciaturas em História e em Matemática a distância de uma instituição de Ensino Superior, que foram oferecidos em cinco polos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil. Para atender os objetivos foi desenvolvida uma pesquisa de natureza qualitativa empregando o estudo de caso como investigação empírica de um fenômeno. O método utilizado foi a entrevista semiestruturada, realizada individualmente com 10 participantes, e que foram transcritas e analisadas destacando-se os pontos comuns e os divergentes, as singularidades e as particularidades próprias de cada sujeito. A partir das entrevistas foi possível compreender Histórias reais de perseverança e vontade de alcançar mais estudo, formação, oportunidade e espaço no mercado de trabalho. Entre os principais resultados constatou-se que o acesso e permanência das mulheres com mais de 25 anos nos cursos são uma realidade concreta. Elas vivem jornadas triplas ou quádruplas, de casa-família-trabalho-estudos; o rendimento médio da maior parte era de até dois salários-mínimos, e com a diplomação chegaram a até quatro. Concluiu-se a

importância de políticas públicas, como a Universidade Aberta do Brasil, na promoção de mais parcerias entre prefeituras municipais e instituições de ensino superior, visando oportunizar acesso ao ensino superior público e, assim, tornar a educação um bem universal e de libertação ao desenvolvimento humano e social.

Palavras-chave: Formação de professoras; Mulheres no ensino superior público; Graduação a distância; Universidade Aberta do Brasil.

Abstract

This article aimed to identify the profile of graduates who completed or dropped out of distance learning Degrees in History and Mathematics from a Higher Education Institution, which were offered from five in-person support centers at the Open University of Brazil. To meet the objectives, qualitative research was developed using a case study, as an empirical investigation of a phenomenon. The method used was a semi-structured interview, carried out individually with 10 participants, which were transcribed and analyzed, highlighting the common and divergent points, the singularities and particularities of each subject. From the interviews, it was possible to understand real stories of perseverance and desire to achieve more study, training, opportunities and space in the job market. Among the main results, it was found that access and retention of women over 25 years of age in courses is a concrete reality; they had triple or quadruple shifts, home-family-work-study; the average income of the majority was up to 2 minimum wages, and with the diploma they reached up to 4. The importance of public policies, such as the Open University of Brazil, in promoting more partnerships between municipal governments and higher education institutions was concluded, aiming provide access to public higher education, and thus, make education a universal good and liberating human and social development.

Keywords: Teacher training; Women in public higher education; Distance graduation; Open university of Brazil.

Resumen

Este artículo tuvo como objetivo identificar el perfil de los graduados que completaron o abandonaron carreras a distancia en Historia y Matemáticas de una Institución de Educación Superior, ofrecidas desde cinco centros de apoyo presencial de la Universidad Abierta de Brasil. Para cumplir con los objetivos se desarrolló una investigación cualitativa utilizando un estudio de caso, como investigación empírica de un fenómeno. El método utilizado fue una entrevista semiestructurada, realizada individualmente con 10 participantes, las cuales fueron transcritas y analizadas, destacando los puntos comunes y divergentes, las singularidades y particularidades de cada tema. A partir de las entrevistas fue posible comprender historias reales de perseverancia y deseo de lograr más estudio, capacitación, oportunidades y espacio en el mercado laboral. Entre los principales resultados se encontró que el acceso y retención de mujeres mayores de 25 años en los cursos es una realidad concreta; tenían turnos triples o cuádruples, casa-familia-trabajo-estudio; el ingreso medio de la mayoría era de hasta 2 salarios mínimos, y con el diploma llegaban hasta 4. Se concluyó la importancia de las políticas públicas, como la Universidad Abierta de Brasil, para promover más colaboraciones entre los gobiernos municipales y las instituciones de

educación superior, con el objetivo de proporcionar el acceso a la educación superior pública, y así, hacer de la educación un bien universal y un desarrollo humano y social liberador.

Palabras clave: Formación docente; Mujeres en la educación superior pública; Graduación a distancia; Universidad abierta de Brasil.

1 Introdução

A construção sócio-histórica das identidades masculina e feminina, ao redor das quais existem sistemas de crenças que especificam o que é característico de um e outro sexo, e, a partir daí, determinam os direitos, os espaços, as atividades e as condutas próprias de cada um, é vista como padrão dominante, envolvendo práticas e normas discriminatórias que têm representado obstáculos significativos e duradouros para as aspirações educacionais das mulheres (Barreto, 2014; Behrman; Rosenzweig, 2002; Louro, 1994; Rocha, 2009; Gonçalves; Darossi, 2009; Singh, 2020). Isto é, os tradicionais papéis de gênero, que responsabilizam primariamente as mulheres pelos cuidados familiares e o trabalho doméstico, limitam suas aspirações educacionais, bem como suas oportunidades econômicas e sociais.

Pesquisas recentes comprovam que as mulheres brasileiras têm mais probabilidade de alcançar maior escolaridade do que os homens e que elas são a maioria nas instituições de ensino superior. Nos cursos de licenciatura, por exemplo, elas ocupam 71,3% das vagas (Brasil, 2020). Apesar desses dados, outros reforçam que reforçam que a disponibilidade de oportunidades educacionais muitas vezes é limitada em relação a permanência e conclusão da formação superior.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2019) aponta que entre os principais motivos para as mulheres nunca terem frequentado a escola e/ou não permanecerem estudando são não ter interesse em estudar (24,1%), seguido de gravidez e trabalho (ambos com 23,8%) e realizar afazeres domésticos (11,5%), enquanto para os homens realizar afazeres domésticos é quase inexpressivo (0,7%).

Assim, o casamento e/ou a gravidez, ainda que sejam eventos atualmente postergados com maior frequência, podem influenciar um menor nível de escolaridade, devido ao fato de as mulheres abandonarem os estudos para se tornarem “cuidadoras e donas de casa”, o que muitas vezes não se trata de uma escolha livre, e sim uma necessidade dentro da própria casa (Fontanella; Sarra; Di Zio, 2020).

Considerando essa realidade, permanece um dos grandes desafios para as políticas públicas no caso do Brasil, que é eliminar a desigualdade de gênero, que impede que as mulheres, sobretudo aquelas de baixa renda e com filhos, tenham oportunidade de alcançar níveis de escolaridade mais altos. Tal problemática, que decorre do acesso, permanência e conclusão da educação superior, é apontada como um reflexo das desigualdades sociais.

Soma-se a isso o fato do Brasil ser um país com extensas dimensões continentais, em que prevalece uma população etnicamente e culturalmente diferente e que apresenta baixos índices de acesso e formação no ensino superior. Dados da PNADC (2019) mostram que, apesar da proporção de pessoas de 25 anos ou mais com ensino superior completo ter crescido entre 2018 e 2019 (de 16,5% para 17,4%), mais da metade (51,2% ou 69,5 milhões) dos adultos ainda não completaram o ensino médio no Brasil. Ademais, das pessoas de 15 a 29 anos que não completaram o nível superior para trabalhar, 58,1% ou 23,8 milhões de pessoas tinham o ensino médio completo ou superior incompleto, mas não frequentavam escola, curso de educação profissional ou pré-vestibular.

Para tentar contornar essas barreiras, uma clara política pública do governo federal, particularmente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e empresas estatais, instituiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), oficializado em 2006 pelo Decreto nº 5.800, para “o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País” (Brasil, 2006).

O objetivo inicial da UAB foi proporcionar o acesso à educação superior em locais onde esse acesso era limitado ou inexistente (CAPES, 2018). Em 16 anos de existência, a UAB tem se mostrado uma possibilidade de democratização do sistema público de ensino, propiciando educação superior para a população residente em locais remotos que não ofertam cursos superiores, bem como atendendo o público que deseja entrar no sistema de ensino superior, mas que por algum motivo teve que interromper os estudos e/ou é impedido de estar presencialmente e diariamente em uma sala de aula.

Em termos de quantidade de estudantes, o sistema UAB passou de 95 Instituições de Ensino Superior (IES) – considerando as universidades federais, estaduais e institutos federais

de educação tecnológica –, em 2016 (Brasil, 2016), para um total de 133 instituições públicas de ensino superior, com 890 polos espalhados em 850 municípios brasileiros e 121 mil alunos de graduação matriculados em 143 cursos à distância de licenciatura, bacharelado, especialização e tecnólogo em 2020 (Brasil, 2020). Desde o seu surgimento, 271.720 alunos se formaram pela UAB, e, dos polos que compõem o sistema, 70% se localizam em municípios com menos de 100 mil habitantes (CAPES, 2018).

Diante da expansão da UAB, deve-se considerar as diferenças sociais e culturais dos estudantes, uma vez que a Educação a Distância (EaD) atinge um público de diferentes regiões dentro de um mesmo país. Assim, torna-se importante identificar o aumento da diversificação e heterogeneidade da população que ingressa e frequenta esse nível educacional, decorrente das políticas públicas educacionais e dessa modalidade de ensino, que representa uma forma de interiorizar e expandir o acesso à educação a uma parcela significativa da população que não dispõe da possibilidade de graduar-se. Com isso, maximizou-se, sobretudo, as chances de que adultos, mesmo que já tenham ingressado no mercado de trabalho e não tenham tempo de frequentar cursos presenciais, e/ou residam em regiões interioranas do Brasil, distantes de universidades, busquem por meio da EAD o autodesenvolvimento pessoal e profissional.

Contudo, quando se refere às mulheres com mais de 25 anos que ingressaram em cursos superiores, a distância ou presenciais, são poucas as que conseguem concluí-los, seja por questões individuais, sociais, familiares, de acesso geográfico e financeiras, ou por falta de tempo para conciliar atividades acadêmicas com as domésticas, familiares e/ou profissionais. Comumente, ainda que elas concluam um curso superior, muitas vezes não conseguem empregos adequados ao nível de ensino. Fato evidenciado pelo relatório *Education at Glance 2019*, divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em que a empregabilidade de mulheres brasileiras de 25 a 34 anos com ensino superior é de 82%, e de 89% entre homens (OCDE, 2019).

Essa relação pode ser explicada, em parte, pela escolha intencional de algumas mulheres em não ingressar no mercado de trabalho após a graduação. Outra possível explicação é a dificuldade que elas enfrentam para ocupar cargos compatíveis com seu nível de escolaridade. Esses fatores reforçam discursos que sugerem que a imposição social do papel de

cuidadora às mulheres limita suas possibilidades de escolha entre a esfera pública (mercado de trabalho) e a privada (família) (Passos; Guedes, 2018).

As razões geográficas também podem ser um forte preditor nesse cenário, tendo em vista que as mulheres muitas vezes não podem se dar ao luxo de ir para outro lugar cursar uma graduação, devido às responsabilidades familiares que não podem ser deixadas em espera, enquanto buscam educação e carreira. A PNADC (2019) destaca que, entre as mulheres de 15 a 29 anos, 27,5% não estavam trabalhando, estudando ou se qualificando, 28,8% apenas trabalhavam e 29,9% apenas estudavam ou se qualificavam.

Nesse contexto, entende-se que mulheres com disposições características, vinculadas a uma origem familiar de baixo status socioeconômico, e, por conseguinte, um nível educacional familiar baixo, poucos empregos ativos acumulados e residentes em ambientes desfavoráveis, podem ser fortes preditores para diminuir as aspirações educacionais das gerações seguintes. Contudo, observa-se um cenário que trouxe inúmeras modificações associadas aos processos educativos de orientação, comportamento, atitudes e organização da vida cotidiana das famílias, bem como a socialização das novas gerações, que, por sua vez, abriu as portas do ensino superior à distância para um grupo de estudantes mais amplo e diversificado.

Infere-se que isso ocorre na EAD, pois apresenta um público de alunos que tendem a ser um pouco mais velhos do que os alunos de cursos presenciais. O Censo EAD.Br (Associação Brasileira de Educação a Distância, 2019) deixa isso muito claro, mostrando que a maior incidência de alunos está na faixa etária entre 26 e 30 anos (39,3%), e entre 31 a 40 anos (37%), somando 76,3% dos estudantes de EAD no Brasil. Outro dado desse censo que merece destaque refere-se à equidade de gêneros nos cursos de graduação totalmente a distância, em que 54% dos estudantes são mulheres, das quais 66,9% estão na faixa etária de 26 a 40 anos de idade.

Os números parecem corroborar a visão tradicional do papel da mulher, e de que a EAD é ideal para elas, pois elas precisam conciliar as obrigações do lar com suas carreiras profissionais. Dentro desse contexto nacional, este artigo propõe problematizar as seguintes questões: de que forma o estado civil e/ou ter filhos influencia na conclusão de um curso superior na modalidade a distância? Qual o cenário de oportunidades e emancipação das egressas ao terem concluído esse nível de ensino?

Diante essas questões, realizou-se neste artigo um estudo de abrangência regional, em que objetivou-se identificar o perfil das egressas que concluíram ou desistiram dos cursos à distância de Licenciatura em História e em Matemática da Universidade Federal de Viçosa. Os cursos foram oferecidos em cinco turmas distribuídas em polos de apoio presencial da UAB, instalados nos municípios de Bicas, Ipanema, Jaboticatubas, Lagoa Santa e Confins, no interior de Minas Gerais.

Em decorrência da participação majoritária de mulheres com mais de 25 anos, percebeu-se que, se não fosse o ensino a distância, sob a égide da UAB, essas mulheres, que estão cada vez mais escolhendo conciliar estudos com outros compromissos, incluindo trabalho e responsabilidades com parceiros, crianças e possivelmente outros membros da família, não teriam condições financeiras, tempo e meios para se deslocarem até uma instituição de ensino superior para cursar uma graduação presencial.

Portanto, este estudo se justifica pela oportunidade de identificar avanços e desafios na participação de mulheres com mais de 25 anos na universidade, por meio da UAB. O objetivo é promover maior engajamento na ocupação de vagas, contribuindo para o aumento dos níveis educacionais dos(as) brasileiros(as), independentemente de seus contextos familiares. Esse esforço visa deixar uma contribuição que transcende a simples obtenção de um diploma, direcionando-se para perspectivas de continuidade e abrangência que englobam a qualificação acadêmica, o desenvolvimento de planos de carreira e a formulação de políticas de remuneração. Dessa forma, busca-se ampliar as oportunidades de acesso à educação superior, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho para cidadãs e cidadãos, fortalecendo estados e municípios em todo o Brasil.

2 Metodologia

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, utilizou o estudo de caso, método formulado por Yin (2003) como investigação empírica de um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real.

O público-alvo consistiu-se nas egressas que participaram dos cursos à distância de Licenciatura em História e Matemática em uma IES pública, oferecidos em cinco polos de apoio presencial da UAB, instalados nos municípios de Bicas, Ipanema, Jaboticatubas, Lagoa Santa

e Confins, todos localizados em Minas Gerais. A amostra foi constituída por dez egressas com mais de 25 anos, que concordaram em participar da pesquisa. Foram consideradas as precauções necessárias no campo, sobretudo devido ao contexto de pandemia da covid-19, no qual o distanciamento social e físico tornou-se imprescindível por questões de saúde pessoal e coletiva, fato que impossibilitou o contato pessoalmente.

As participantes foram identificadas e selecionadas a partir do fornecimento de dados e informações da Coordenação do Polo UAB de Jaboticatubas, e da indicação das próprias participantes, que, após tomarem conhecimento da temática do artigo, recomendavam colegas de turma e conhecidas. O primeiro contato com as participantes foi feito por telefone ou via mensagem de texto pelo aplicativo *WhatsApp*, momento em que se confirmava ou não a disposição em participar da pesquisa. Assim, chegou-se às dez mulheres que participaram das entrevistas individuais, sendo oito concluintes – seis do curso de História e duas do curso de Matemática –, e duas desistentes (ambas do curso de História).

A coleta de dados teve início após o recebimento do parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Viçosa, sob o Parecer Consubstanciado nº 4.911.412.

O instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada, realizada individualmente com as participantes mediante consentimento verbal, depois esclarecidas as condições da pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), coletados por meio de um formulário no *Google Forms*. O link para acesso foi enviado pelo *WhatsApp*, e após a leitura dos termos marcava-se um “X” para aceitar participar. Posteriormente, buscou-se responder os objetivos propostos neste artigo a partir dos tópicos selecionados no roteiro de entrevista. As entrevistas individuais realizadas por telefone duraram em média 30 minutos, mediante o consentimento das participantes. Foram gravadas por meio de um aplicativo de gravação de chamadas, o Cube ACR, e posteriormente transcritas para a análise dos dados. Cabe destacar que, mesmo entrevistadas por telefone, algumas participantes mostraram certa timidez em relação à entrevista, mas foram ficando à vontade à medida que iam compartilhando suas Histórias.

Essa abordagem metodológica qualitativa possibilitou conhecer as temáticas relacionadas aos objetivos propostos, que foram: a trajetória acadêmica no curso, a

acessibilidade ao polo UAB, os desafios que surgiram para concluir a graduação, as formas de conciliar as obrigações do lar e carreiras acadêmicas e profissionais, as mudanças na ocupação e as considerações acerca da conclusão de uma graduação enquanto possibilidade de oportunidades de inserção laboral.

As análises dos dados ocorreram destacando-se os pontos comuns e os divergentes, as singularidades e as particularidades próprias de cada sujeito. Por fim, os resultados foram organizados para serem apresentados e discutidos seguindo as categorias de análise, em que foram utilizados os procedimentos metodológicos propostos por Bardin (2011), com a organização da análise a partir da leitura flutuante das entrevistas, seguida de uma nova leitura para a definição das categorias e subcategorias, a elaboração do quadro temático, o tratamento dos resultados e sua interpretação.

3 Resultados e Discussões

O perfil das entrevistadas e suas trajetórias acadêmicas e profissionais são vistos como resultado de um conjunto de fatores sociais, econômicos e culturais que influenciam diretamente suas motivações, fazendo com que a educação formal tenha múltiplos significados, promovendo empoderamento e emancipação ao propiciar formação humana integral, qualificação para o trabalho e exercício da cidadania. Dessa forma, para conhecer as participantes entrevistadas neste trabalho foi construído um perfil sociodemográfico com dados atuais das egressas (Quadro 1) e uma síntese da trajetória de cada uma delas. Para preservar a identidade das entrevistadas, elas foram nomeadas nesta pesquisa como Entrevistada 1 (E1), Entrevistada 2 (E2), Entrevistada 3 (E3), e assim por diante.

Quadro 1 - Perfil sociodemográfico das entrevistadas – 2021.

Entrevistadas/ Status no curso	Idade	Raça/cor	Estado civil	Filho(s)	Profissão	Renda (SM)
E1 Concluente	35	Parda	Casada	Não	Professora de História e professora particular	3 SM
E2 Concluente	52	Branca	Casada	2 filhas	Professora de sociologia	3 SM

E3 Concluinte	37	Branca	Divorciada	1 filho	Professora de História e assistente de educação	3 SM
E4 Concluinte	58	Parda	Solteira	Não	Desemprega da	-
E5 Concluinte	37	Parda	Casada	1 filho	Professora de História e pedagoga	4 SM
E6 Concluinte	43	Parda	Solteira	Não	Professora de História	2 SM
E7 Concluinte	36	Parda	Casada	2 filhos	Professora de Matemática	2 SM
E8 Concluinte	36	Parda	Casada	2 filhas	Agente comunitária de saúde	2 SM
E9 Desistente	39	Preta	Casada	2 filhos	Pedagoga	3 SM
E10 Desistente	51	Branca	Solteira	1 filha	Cantineira	1,5 SM

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Para melhor entender o perfil das egressas que participaram deste trabalho, optou-se por descrever mais algumas características do perfil dessas mulheres e suas famílias. Com relação à situação censitária, somente E1 residia na área rural de Jaboticatubas; as demais residiam na área urbana, mas nem sempre no mesmo município em que estava o polo UAB ao qual estava matriculada. E2, E3, E5, E6, E8 e E9 pertenciam a municípios distintos, sendo estes: Taquaraçu de Minas, Guarani, Guarará, Conceição de Ipanema e Belo Horizonte, todos no estado de Minas Gerais. Com exceção de Belo Horizonte, são municípios classificados pelo IBGE como rural adjacente.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a maioria das participantes precisou apreender estratégias para se deslocar de onde residiam até os encontros presenciais no polo UAB, que ocorriam esporadicamente aos sábados. Essa questão do acesso geográfico, apesar de não ser um objetivo deste trabalho, reflete, entre outras questões, que as motivações pessoais e profissionais das egressas e a oportunidade de estudar no próprio município em que reside ou em municípios próximos são fatores que influenciam. As demais egressas, E4, E7 e E10,

habitavam o próprio município em que estudavam, Jaboticatubas, também classificado como área rural adjacente.

No que se refere à raça/cor das entrevistadas, seis egressas se declararam pardas (E1, E4, E5, E6 E7 e E8), três se declararam brancas (E2, E3 e E10) e apenas uma se declarou preta (E9). Ao atentar para os dados nacionais sobre as matrículas em cursos superiores EAD referentes a essa variável, percebe-se que a maior proporção dos ingressantes se declararam pardos e brancos, o que implica similaridade com os achados desta pesquisa.

Outras características relevantes dessas egressas dizem respeito ao estado civil e à presença de filhos. Durante o ingresso no curso, observou-se que E4 e E6 permaneceram solteiras e sem filhos; já E10 era solteira e mãe de uma filha. E1, E7 e E8 também eram solteiras ao ingressarem e residiam com seus pais; após a conclusão do curso, todas se casaram, exceto E1, que permanece sem filhos. Por outro lado, E2, E5 e E9 já eram casadas e tinham filhos desde o início do curso, representando o maior percentual entre as participantes. E3, que também era casada e mãe de um filho ao ingressar, passou por um divórcio e atualmente tem a guarda da criança.

Sobre a profissão e as condições sociais econômicas dessas egressas, observou-se que, entre as que concluíram um dos cursos, somente E4 está desempregada, e E8 permaneceu no mesmo cargo de agente comunitária de saúde, no qual já atuava antes da formação. E1, E2, E3, E5, E6 e E7, após diplomadas, estão atuando como professoras em suas respectivas áreas de formação. E9 desistiu do curso, e está atualmente trabalhando como professora, tendo concluído o ensino superior por meio do polo UAB de Jaboticatubas, porém em outra instituição de ensino superior. E E10, que também desistiu, sonha em retornar aos estudos para se graduar a fim de conseguir uma inserção laboral mais rentável, já que na ocasião do curso trabalhava com serviços gerais, e atualmente é canteineira.

No que tange à renda das entrevistadas na época em que ingressaram nos cursos, esta variou de 2 a 4 salários-mínimos. Ressalta-se que tais rendas têm origem do próprio trabalho e que algumas entrevistadas (E1, E3, E5 e E9) conseguiram elevar sua renda para 3 a 4 salários-mínimos. E2, E6, E7 e E8 correspondem àquelas egressas que têm renda de até 2 salários-mínimos. E10, que não se graduou, recebe apenas 1,5 salário-mínimo, e E4, que concluiu a graduação não tem renda própria. É válido ressaltar que nenhuma dessas mulheres relataram

dificuldades financeiras que pudessem prejudicar as necessidades básicas de suas famílias. A próxima subseção irá descrever as motivações pessoais e profissionais de cada mulher participante deste artigo para o acesso nos cursos.

3.1 As motivações e trajetórias das egressas

As motivações pessoais e profissionais que levaram as mulheres adultas a acessarem os cursos de licenciatura à distância da referida instituição podem ser vistas como um fator que está atrelado à oportunidade de cursar o ensino superior no próprio município de moradia, por meio dos polos UAB. Conforme foi apontado pelas participantes, esse foi o estágio inicial para o ingresso nos cursos, devido ao fato de elas morarem longe das IES e não terem uma situação financeira que favorecesse o deslocamento diário até a universidade. Dessa forma, a distância geográfica tem uma forte influência na escolha institucional. Stone *et al.* (2016, 2019) corroboram enfatizando que a escolha institucional é fortemente influenciada pela proximidade, demonstrando que os estudantes que moram mais perto de universidades têm mais probabilidade de se candidatar a essas instituições.

Assim, pensar a motivação das egressas a partir da influência da acessibilidade à universidade pública por meio dos polos de apoio presencial da UAB é um fato que pode ser entendido a partir dos relatos de todas as entrevistadas de que frequentar uma IES mais distante da casa da família é uma realidade quase impossível, conforme as palavras da Entrevistada 1: “se o curso não tivesse ido até mim, eu jamais iria ter a possibilidade de fazer”. Em todas os relatos percebe-se, conforme Entrevistada 4 complementou, que a “facilidade de poder fazer em casa mesmo” oportunizou às egressas acessarem os cursos. Além disso, observa-se que a maioria das egressas reside em municípios rurais adjacentes, onde não há instituições de ensino superior, o que reforça a importância da distância como um fator significativo para o acesso à educação.

Nesse sentido, Laube (2018) destaca que os alunos que moram a mais de 80 km são menos propensos a comparecer à universidade do que aqueles que moram a uma distância de deslocamento menor. A Entrevistada 3 confirma: “Considerando o município [em] que eu residia na época, que fica há uns 50 km de distância, era pouco chão e viável, porque, pra gente ir ao polo UAB fazer as provas, ajudou muito ser mais perto”.

Além do mais, quando elas foram questionadas se tentariam fazer o curso em alguma cidade que oferecesse o curso desejado na modalidade presencial se ele não fosse oferecido na modalidade EAD, as egressas majoritariamente responderam que a proximidade foi crucial para o acesso e a frequência universitária. Quando ingressou no curso, a Entrevistada 2 estava com 42 anos, era casada e tinha duas filhas: “os horários da oferta dos cursos presenciais em outras instituições, a questão financeira, o deslocamento e por ter filhos menores, sem contar a questão de horário de trabalho, não teria como eu fazer isso”. A Entrevistada 4 também destacou que, “como o presencial é à noite, e a gente chega muito tarde em casa por causa do trabalho, dá um desânimo ir para outra cidade estudar”.

Assim, percebe-se que a distância desempenha um papel substancial na probabilidade de estudantes, especialmente não tradicionais, como as mulheres adultas, com filhos, trabalho e de baixa renda, frequentarem a universidade. O acesso ao transporte teria sido um problema em si, mas, talvez mais importante – especialmente para elas, estudantes não tradicionais –, o tempo na estrada significava mais tempo fora de suas vidas ocupadas como esposas e mães. Elas precisavam estar em casa para cuidar de seus filhos – e maridos –, muitas também precisavam trabalhar por um salário.

Outro fator importante apontado pelas participantes é o sonho de ter um diploma superior e uma carreira. Assim, a motivação pessoal do sonho por uma graduação está ligada à motivação profissional e à necessidade da formação superior, uma vez que a maioria das entrevistadas já atuavam na área da educação, porém sem qualificação para o cargo que ocupavam, a nível de magistério.

Sendo assim, estudantes e trabalhadoras precisavam conciliar o trabalho com os estudos. A partir dos relatos pode-se observar que os cursos a distância de formação de professores por meio da UAB é uma alternativa para incluir estudantes trabalhadores que tenham horário disponível reduzido, permitir que acessem a universidade pública e garantir uma formação de nível superior, requisitos importantes para impulsionar o desenvolvimento humano e social.

As participantes verbalizaram a motivação profissional de fazer um curso superior como um investimento necessário, a possibilidade de iniciar ou progredir na carreira docente. Isso nos leva a constatar que as egressas, ao acessarem os cursos, tiveram como referência os

objetivos que traçaram aliados a acesso geográfico, tempo de conciliar trabalho, família e estudo, e perspectivas de progressão e saídas profissionais.

No entanto, o status de classe trabalhadora das egressas significava que muitas precisavam trabalhar para se manter, e que não tinham a opção de ir para a universidade. Elas exigiam uma oportunidade local para obter uma educação universitária. Conforme salienta Laube (2018), a proximidade, a conveniência e a acessibilidade foram cruciais para a capacidade das mulheres deste estudo obterem um diploma universitário.

A próxima subseção irá demonstrar a interferência do estado civil e a presença ou número de filhos na permanência ou desistência nos cursos, bem como a articulação para conciliar estudo, família e trabalho e ao longo do percurso acadêmico.

3.2 Articulação entre estudo, família e trabalho

Atualmente, mesmo as mulheres se inserindo em carreiras profissionais e especializando-se, geralmente ao longo desse percurso muitas precisam interromper o trabalho ou os estudos, devido à gravidez e/ou à dedicação à vida familiar (Prá; Cegatti, 2016).

Nesse sentido, os desafios da articulação para conciliar estudos, família e trabalho, foram investigados nesta seção. Inicialmente contatou-se que grande parte das participantes reconheceram a pressão de equilibrar suas atividades acadêmicas com as demandas de cuidar de uma família. Em muitos relatos percebe-se que a família teve que “participar” fazendo mudanças e ajustes em seu modo de vida. A Entrevistada 2, falou sobre o aumento da independência de suas filhas durante o percurso acadêmico. A Entrevistada 3 falou dos momentos em que teve que sacrificar particularmente as atividades de lazer com o filho para priorizar seus estudos, nos quais pôde contar com o apoio do marido aos finais de semana. Já a Entrevistada 9 relatou a rede de apoio familiar que teve para as múltiplas jornadas que assumia.

No relato das participantes é perceptível o sentimento de “dar menos atenção aos filhos” para cumprir as exigências acadêmicas. O sentimento de sacrifício por não estar com os filhos para dedicar um tempo em casa aos estudos, e nos sábados aos encontros presenciais no polo, no lugar de passar tempo com eles, é destacado por elas como um sacrifício que “valeu a pena”, pois faz parte de um projeto individual que trouxe independência financeira e satisfação pessoal.

A Entrevistada 2, casada, com duas filhas, de 10 e 6 anos, e trabalhando como professora, destacou a contribuição do marido nas tarefas de cuidado, o que representa, atualmente, uma realidade cada vez mais notória acerca da participação dos companheiros nos cuidados com a casa e, especialmente, no cuidado com os filhos (Barros; Mourão, 2018).

A Entrevistada 9, casada, mãe de uma criança com deficiência de 7 anos, mostrou em seu relato que, mesmo trabalhando, estudando, cuidando do lar e acompanhando o filho nos atendimentos frequentes na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), permaneceu no curso por 1 ano e meio, até engravidar do segundo filho. Mas destaca que tudo isso foi possível graças à rede de apoio familiar que teve nesse percurso, com a ajuda do marido e de familiares. Na escala de motivos para evasão do ensino superior, na dimensão pessoal, o nascimento não planejado de um filho durante o curso aparece na oitava posição, sendo considerado um motivo “muito forte” para levar à desistência de um curso superior atual (Sousa; Mártires; Sousa, 2018).

Já a Entrevistada 3 eventualmente podia contar com o auxílio do marido no cuidado com filho pequeno, de 3 anos, porque durante a semana ele trabalhava viajando e ficava fora de casa. Somente aos finais de semana ela podia contar com esse apoio; durante a semana, ela que “esperava meu filho dormir para pegar nos estudos sempre à noite”. Esse apoio eventual do marido remete às atribuições dos papéis familiares. Mesmo com todas as mudanças ocorridas nos últimos tempos, muitos contextos familiares ainda são semelhantes ao modelo patriarcal, em que a mulher desempenha o papel de boa mãe, cuidando e educando os filhos, e de boa esposa, dando suporte para o trabalho do marido fora do lar.

Contudo, vale ressaltar, conforme Almeida (2007), que esse apoio dos outros integrantes da família, no sentido de permitir esse tempo de estudo, é muito importante para essas mulheres, e deve, por sua vez, ser incluído no projeto individual delas, bem como no âmbito das relações familiares, pois trata-se de uma atividade voltada para a satisfação pessoal que, além de proporcionar status, leva ao crescimento individual, fazendo parte do processo de constituição da identidade dessas mulheres.

Para a Entrevistada 5 e a Entrevistada 10, o apoio familiar não era tão constante, e houve conflitos entre o tempo para os estudos e a família. Ambas relataram que, quando estavam estudando, muitas vezes esse tempo não era compreendido pelas famílias. A E5 relata

que “a gente está sentada no computador e a família acha que a gente não está fazendo nada, e pelo contrário, a gente está trabalhando, estudando e muito. E no sábado, às vezes, quando eu tinha que fazer a prova, ficava bastante tempo fora de casa”. Já a E10 conta que teve que abrir mão de muitas coisas para estudar, além de exigir que “as pessoas com as quais a gente convive compreendam que em alguns momentos eles vão ter que colaborar conosco, que mesmo sendo uma modalidade EAD exige disciplina, cumprimento de datas e horários”.

De acordo com Sousa e Maciel (2016), pode-se dizer que há um certo “preconceito” em relação a um sistema pedagógico no ensino a distância, no sentido de as famílias dos alunos muitas vezes não entenderem que o curso a distância, assim como qualquer outro, tem o rigor pelo cumprimento das tarefas com datas e horários pré-determinados. A fala da Entrevistada 5 deixa isso bem claro, quando ela diz que precisava tirar um tempo para ficar ali na frente do computador se dedicando ao curso e “a família acha que a gente não está fazendo nada”. Na época em que ingressou no curso, ela já era casada, seu filho tinha 4 anos e ela trabalhava como professora em duas escolas municipais.

Em outro trecho do seu depoimento, observa-se que, devido aos encontros presenciais no polo para fazer as provas e demais atividades, em alguns sábados foi necessário ausentar-se da família. Esse tempo fora de casa era incompreendido pelo marido. Nessa fala percebe-se que ela precisava estar em casa para cuidar de seu filho e marido, e que precisava trabalhar no sistema remunerado, mas suas responsabilidades como esposa e mãe não eram diminuídas por seu status de estudante, e seu marido muitas vezes via a educação da mulher como desnecessária.

Segundo Laube (2018), a poderosa ideologia de gênero dominante e as estruturas que moldaram as escolhas e as maneiras pelas quais continuam a ser atribuídos às mulheres, mesmo depois de elas terem conquistado o direito ao trabalho e à escolarização, antigos valores e funções, tais como submissão, abnegação, tarefas domésticas, cuidados infantis, entre outros. Mesmo assim, percebe-se nos relatos que elas resistiram em seus papéis conflitantes como esposas, mães e estudantes universitárias com objetivos de carreira. Elas foram capazes de prosseguir com sua formação, tentando sempre minimizar os impactos que possam perturbar o cotidiano de suas famílias.

A Entrevistada 10, solteira, mãe de uma adolescente de 13 anos, residindo com a tia e trabalhando com serviços gerais para sustentar a si e sua filha, também relatou a incompreensão da família com a rotina de estudos na frente do computador. Ela foi uma das entrevistadas que desistiu do curso, dois anos após o ingresso, pois segundo ela as exigências acadêmicas, o cuidado com a filha e o árduo trabalho a impediram de continuar. Ela observa que sua família teve uma má percepção da modalidade de ensino EAD, como mostram Chawinga e Zozié (2016), ao relatar que algumas pessoas pensam que os alunos da EAD são imaturos só porque estudam na própria casa. Com isso, foi difícil para ela equilibrar assuntos familiares com estudos, além de haver ambientes de estudo hostis em casa.

A articulação entre estudo e família para as Entrevistadas 1, 6 e 7 foram diferentes. No caso destas, percebeu-se que elas não passaram por impactos nas demandas de seu tempo. Embora a Entrevistada 6 tenha trabalhado antes e durante seus estudos de graduação, ela morava sozinha e não tinha demandas familiares com que se preocupar. A Entrevistada 7 também trabalhava, mas residia com seus pais e conseguia se dedicar aos estudos no horário noturno tranquilamente. E a Entrevistada 1 também morava com os pais na zona rural, e para ela frequentar o curso, e particularmente os encontros presenciais no polo UAB, era uma oportunidade de aumentar seu convívio social e aprender mais, conforme ela relatou: “como eu morava na roça, não tinha tanta vida social, eu não vinha tanto na cidade. Então achei bacana conhecer mais pessoas, ir no sábado encontrar o pessoal e trocar ideias sobre o curso”.

Por conseguinte, na próxima seção é possível ter uma visão de como a educação, especialmente a formação superior, é um investimento facilmente justificável, pois afeta a obtenção de melhores rendimentos salariais e/ou melhores oportunidades de trabalho, o que causa mudanças em relação à limitação das aspirações educacionais.

3.3 Inserção laboral após a formação superior

Nesta seção o interesse esteve centrado em analisar o efeito que um diploma de Licenciatura em História ou em Matemática possibilita nas oportunidades de carreira para professoras. Assim, as egressas foram questionadas sobre a inserção laboral antes e depois da formação. As Entrevistadas 2, 3, 5 e 6 já atuavam na área da educação, mas com o diploma passaram a atuar na área em que se licenciaram, aumentando seu salário, uma vez que se

tornaram professoras com direito ao plano de carreira, o que lhes garante salários que tendem a subir ao longo do tempo.

A Entrevistada 2 relatou que seus pais não tinham como oferecer mais educação para ela e para seus irmãos quando jovens. Nesse caso, com o ensino presencial não conseguiria chegar ao patamar de escolaridade que tem hoje, já que conseguiu, na modalidade EAD, formar-se em três licenciaturas e um bacharelado em Biblioteconomia. Antes da primeira formação no curso de História a distância, atuava como professora no Ensino Fundamental I, do 1º ao 5º ano, recebendo em média um salário-mínimo. Após licenciar-se, passou a atuar no Ensino Médio e a ocupar um cargo de direção na escola, o que lhe rende uma remuneração maior, de três salários-mínimos.

A Entrevistada 5 é a única da família que conseguiu realizar uma formação superior: seu pai nunca entrou na escola e sua mãe estudou até o 4º ano do Ensino Básico. Mesmo assim, ela conta que sempre teve vontade de estudar. Somente E5 já tinha formação superior quando ingressou no curso da instituição. A primeira graduação foi em Pedagogia, pelo mesmo polo UAB, de Bicas, e posteriormente se licenciou em História no curso a distância da instituição. Antes, já graduada em Pedagogia, ela atuava como professora do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I. Atualmente, ela ocupa dois cargos, o antigo e o de professora de História do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamenta II. Para ela, “a formação em História me possibilita ganhar mais em questão de aulas, porque eu posso dar mais aulas, então de dois salários-mínimos eu passei para quatro”.

A Entrevistada 6 contou que sua mãe faleceu sem saber ler e escrever, e que seu pai é semianalfabeto. Desde o seu ingresso na referida instituição, ela trabalhava como professora assistente em seu município, recebendo em média um salário-mínimo. Atualmente, desde a sua formação em História, ela está concursada e atua como professora da área na rede pública de ensino, passando a ter melhores rendimentos, que chegam a dois salários-mínimos, e a ter vantagens que antes não tinha, como o plano de carreira.

A Entrevistada 3, filha de pais com ensino fundamental incompleto, conta que seus eles não tiveram a oportunidade de completar os estudos. Quando ela era mais jovem e havia terminado o ensino médio, também se viu na mesma situação. Assim, ela começou a trabalhar como monitora de creche, recebendo menos do que um salário-mínimo. Com a oportunidade

oferecida pela referida instituição, ingressou no curso de História a distância. Após a conclusão da graduação, ela alcançou o primeiro lugar na colocação do concurso público da rede pública do estado, tornando-se efetiva para o cargo de professora de História do Ensino Fundamental II, e subiu para o cargo de assistente técnica da educação na creche. Unindo os dois cargos, atualmente ela recebe em média três salários-mínimos.

No caso das Entrevistadas 1, 7 e 9, que atuavam em áreas distintas, a obtenção do diploma superior foi uma possibilidade de ascensão na carreira, ao passo que, após se licenciarem pela instituição do estudo, elas iniciaram formalmente suas carreiras como docente na área de formação, obtendo rendimentos salariais maiores do que nos cargos que ocupavam anteriormente. Segundo Stone *et al.* (2019), as mulheres são mais sensíveis à possibilidade de salário imediato para sobrevivência, o que explica a maior presença feminina na docência, uma vez que elas são provenientes de classe socioeconômica baixa, o que corrobora a busca por um salário imediato para sobrevivência para ascensão social em relação à situação da família de origem.

A Entrevistada 1, filha de pai semianalfabeto e mãe com ensino fundamental incompleto, antes trabalhava com faxina e cuidando do terreno na roça em que residia com os pais, mas seu rendimento não chegava a completar o valor de um salário-mínimo. Ela conta que ter alcançado uma formação superior mudou a visão que antes seus pais tinham sobre quem mora na zona rural: “estuda só até o ensino médio e depois vem trabalhar com os pais na roça”. Com orgulho, ela relatou que conseguiu ir muito além do que eles esperavam para a vida dela. Hoje, após seis anos de formada, ela atua na rede estadual de ensino como professora de História designada, e na rede particular dando aulas de História e Geografia, com rendimentos que chegam a três salários-mínimos. Ela também está no 4º período da segunda graduação, no polo UAB de Jaboticatubas.

A Entrevistada 7, filha de pais com ensino fundamental completo, era auxiliar de produção em uma fábrica de doce antes da formação, ganhando um salário-mínimo. Na sua visão, seus pais não tiveram a mesma oportunidade que ela teve, de ingressar numa faculdade a distância no próprio município em que reside. Então, hoje, atuando como professora de Matemática em uma escola pública, e ganhando mais do que na antiga profissão, em média dois salários-mínimos, está feliz, mas ressalta que “apesar do salário do professor não ser tão bom,

né, a profissão não ser tão valorizada, hoje ganho mais do que se eu tivesse [sic] trabalhando no meu antigo emprego”.

A Entrevistada 9, filha de pais com apenas o Ensino Fundamental I completo, até a 4ª série, demonstrou sentimento de gratidão a Deus e aos seus pais por ter chegado no nível de escolaridade em que está hoje. Dos três irmãos, ela é a única graduada, e relatou que, em meio a muitas lutas e resistências, sua mãe nunca mediu esforços para que ela e seus irmãos pudessem estudar. Quando a Entrevistada 9 ingressou no curso de Licenciatura em História da instituição, era funcionária efetiva municipal e exercia o cargo de auxiliar de serviços gerais, recebendo em média um salário-mínimo e meio. Apesar de não ter concluído sua formação na instituição, pois já tinha um filho e durante o percurso acadêmico engravidou de forma inesperada, mais tarde ela cursou Pedagogia em outra IES Pública, por meio do polo UAB de Jaboticatubas, e atualmente trabalha como professora em dois cargos, na rede municipal e estadual, com rendimentos salariais duplicados.

Dentro desse contexto, Prá e Cegatti (2016) argumentam sobre a tendência da presença feminina nas diversas etapas do ensino, principalmente no ensino básico, ser inversamente proporcional à dos homens, professores do Ensino Superior – mestres e doutores –, com maiores rendimentos salariais e prestígio social, enquanto as professoras da Educação Básica, na sua maioria mulheres, têm menos formação, recebem salários menores e pouco reconhecimento pela profissão.

Apesar de todos esses problemas referentes à discriminação, que segregam mulheres na esfera do trabalho e tendem a gerar desigualdade salariais, é inquestionável, a partir dos relatos acima, que a obtenção da formação superior contribuiu para que essas mulheres que já atuavam na área da educação pudessem aprimorar suas habilidades de trabalho e passassem a ocupar cargos de trabalho melhores na hierarquia profissional, com direito a piso salarial compatível com o nível de instrução e plano de carreira.

Das demais egressas, a Entrevistada 8, que se graduou em História, não seguiu e nem pretende iniciar a carreira docente, mas que pretende permanecer no cargo de agente comunitária de saúde. A Entrevistada 4, que também se graduou, atualmente está desempregada, mas sonha em lecionar um dia. E a Entrevistada 10, que desistiu da graduação,

segue trabalhando com serviços gerais, mas sonha em retornar à referida instituição do estudo para concluir o curso.

Quanto ao impacto das novas oportunidades de inserção laboral na carreira docente, foram destacadas algumas perspectivas e Histórias reais de como a educação pode transformar a realidade de mulheres adultas, promovendo melhores colocações no mercado de trabalho, independência financeira, qualidade de vida e “coragem para encarar o novo”. Diante dos depoimentos, constatou-se que a inserção laboral das egressas está fortemente atrelada às graduações concluídas por elas, sendo que a carreira docente na área em que se licenciaram é a que mais se sobressai e tem possibilitado rendimentos salariais maiores.

Mas vale destacar que cada trajetória foi trilhada de maneira diferente, pois cada pessoa tem uma História e características que vão se modificando a partir de diferentes circunstâncias e contextos de vida. Por isso, levou-se em consideração as motivações pessoais e profissionais, a distância da universidade, os desafios para conciliar estudo, família e trabalho, o cenário de oportunidades de inserção laboral, entre outros aspectos que vão delinear as particularidades das trajetórias dessas mulheres adultas e as diferentes formas de aproveitar as oportunidades e de mudar suas realidades.

4 Conclusão

Os resultados permitiram constatar que a EaD tem sido uma opção viável para os programas de ensino superior do Brasil, sob o argumento de que a EAD está se expandindo e é inclusiva, especialmente para mulheres. Este artigo indica que ainda há muitas coisas a serem indagadas nas políticas educacionais de acesso, permanência e conclusão do ensino superior a distância, pautadas na ampliação de ideais, novos interesses e necessidades das mulheres, mães, trabalhadoras e estudantes. As considerações feitas afirmam que as mulheres têm consolidado sua participação nas universidades ao longo das últimas décadas.

Notou-se que a formação de professoras com mais de 25 anos nos referidos cursos de licenciatura ocorreu de modo expressivo. Elas perseveraram pela vontade de alcançar mais estudo, formação, oportunidades e espaço no mercado de trabalho. Por isso a importância de compartilhar a vivência de todas as mulheres que dividiram suas Histórias e desafios cotidianos

no percurso acadêmico, o que nos permitiu entender uma realidade que não pode ser quantificada.

Assim, as motivações pessoais e profissionais que levaram essas mulheres a acessarem os cursos de licenciatura a distância na instituição podem ser vistas como um fator que está atrelado à oportunidade de cursar o ensino superior no próprio município, por meio do polo que permite essa facilidade, como é o caso da UAB.

O acesso à universidade pública, viabilizado pelos polos de apoio presencial da UAB, revelou-se um fator crucial para a permanência de algumas egressas nos cursos, pois possibilita a inserção de mulheres em cursos superiores. Isso é especialmente relevante considerando que a maioria dessas egressas reside em municípios rurais adjacentes, onde não há instituições de ensino superior. Dessa forma, a proximidade dos polos está diretamente ligada à frequência universitária, particularmente para mulheres adultas que enfrentam desafios como a conciliação entre filhos, trabalho e limitações decorrentes de um baixo nível socioeconômico.

Portanto, considera-se que políticas públicas, como a UAB, destinadas a ampliar a participação de grupos que residem no interior do Brasil no ensino superior, são iniciativas importantes de se reconhecer, uma vez que se percebeu que a probabilidade de frequentar a universidade pode diminuir de acordo com a distância da IES, porque a Geografia, muitas vezes, é subnotificada como uma barreira não reconhecida dos índices de conclusão e evasão. Assim, recomenda-se aos prefeitos municipais que promovam parcerias com as IES para trazer mais cursos superiores para a população residente em municípios menores, que jamais terão a oportunidade de ter uma IES pública neles instalada.

Os desafios da articulação entre estudos e família foi majoritariamente destacado pelas participantes que reconheceram a pressão de equilibrar suas atividades acadêmicas com o emprego e as demandas de cuidar de uma família. No entanto, o apoio familiar não era tão constante. Foram destacados conflitos entre o tempo para os estudos e a família, reconhecendo-se que há um certo “preconceito” em relação à EAD, no sentido de as famílias não entenderem que o curso a distância, assim como qualquer outro, tem o rigor pelo cumprimento das tarefas com datas e horários pré-definidos.

Nesse ponto, destaca-se a importância das redes de apoio para a permanência e conclusão dos cursos superiores por esse perfil de estudantes não tradicionais, que são mães,

cuidadoras do lar, trabalham fora e dependem dessa rede de apoio familiar, mesmo sendo um curso na modalidade a distância.

Vale destacar a importância do impacto das novas oportunidades de inserção laboral na carreira docente. Foram destacadas algumas perspectivas e Histórias reais de como a educação pode transformar a realidade de mulheres adultas, promovendo melhores colocações no mercado de trabalho, independência financeira, qualidade de vida e “coragem para encarar o novo”, sendo que a carreira docente na área em que se licenciaram é a que mais se sobressai e tem possibilitado rendimentos salariais maiores.

Viu-se como limitação deste estudo o número reduzido de participantes. No entanto, os significados trazidos pelas falas dessas mulheres devem ser entendidos a partir das vivências, e não por sua distribuição. Assim, as Histórias compartilhadas neste artigo não retêm todos os aspectos da realidade em questão, mas exprimem o essencial dessa realidade, do ponto de vista desta investigação.

Entende-se que a discussão levantada não se esgota aqui, mas acredita-se que os resultados deste estudo podem contribuir para o avanço das pesquisas sobre a temática. O predomínio da presença feminina nos cursos de graduação a distância da referida instituição, bem como a persistência educacional na formação superior, não representa a superação das relações desiguais de gênero e não escondem a complexidade das questões presentes nessa discussão, mas espera-se que as questões levantadas neste trabalho possam ser fontes de outras possibilidades investigativas em trabalhos futuros que possam mostrar diferentes abordagens sobre a formação de professoras a distância.

Do mesmo modo, é de interesse expandir esta pesquisa para que gestores municipais de todo o Brasil possa reconhecer o sistema UAB como um legado que ultrapassa os limites de uma profissionalização restrita apenas à obtenção de uma titulação, mas que apontam para perspectivas de continuidade e de abrangência que contemplam a qualificação acadêmica, o plano de carreira e a política de remuneração, sendo capaz de proporcionar cada vez mais oportunidades a cidadãos e cidadãs.

No estado de Minas Gerais, o 2º estado mais populoso do Brasil e o estado com maior número de municípios, considera-se que aproximar a população do acesso a cursos superiores públicos é uma importante ferramenta de emancipação e desenvolvimento humano e social por

meio da educação, realizada a partir da expansão dos polos UAB espalhados geograficamente em municípios menores.

Por fim, vale ressaltar que é de extrema importância que as políticas públicas, como o sistema UAB, promovam mais parcerias entre as prefeituras municipais de todo o Brasil e as instituições de ensino superior público, visando oportunizar o acesso à educação superior a distância não apenas às mulheres com mais de 25 anos, mas às pessoas de baixa renda, com deficiência, residentes em ambientes desfavoráveis, e que ainda não tiveram a oportunidade de iniciar uma graduação ou de permanecer estudando até a sua conclusão, e, assim, tornar a educação um bem universal e uma ferramenta de libertação ao desenvolvimento humano e social.

Referências

ALMEIDA, L. S. de. Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, Gragoatá, v. 19, n. 2, p. 411-422, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Censo ead.br**: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2018. Curitiba: Intersaberes, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, A. A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, [S. l.], v. 6, 2014.

BARROS, S. C. da V.; MOURÃO, L. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 30, 2018.

BEHRMAN, J. R.; ROSENZWEIG, M. R. Does increasing women's schooling raise the schooling of the next generation? **American economic review**, [S. l.], v. 92, n. 1, p. 323-334, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Relatório de Gestão - 2018**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/30042019relatoriodegestaoCAPES2018.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da educação superior 2016**. Brasília, DF: INEP, 2016.

Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Diretoria de Estatísticas Educacionais. **Panorama da educação: destaques do education at a glance 2019**. Brasília, DF: INEP; MEC, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/panorama-da-educacao-2013-destaques-do-education-at-a-glance-2019>. Acesso em: 15 out. 2024.

CHAWINGA, W. D.; ZOZIE, P. A. Increasing access to higher education through open and distance learning: empirical findings from Mzuzu University, Malawi. **International Review of Research in Open and Distributed Learning**, v. 17, n. 4, p. 1-20, 2016.

FONTANELLA, L.; SARRA, A.; DI ZIO, S. Do gender differences in social institutions matter in shaping gender equality in education and the labour market? Empirical evidences from developing countries. **Social Indicators Research**, Nova York, v. 147, n. 1, p. 133-158, 2020.

LAUBE, H. Resistance and disruption: women at the University of Michigan - Flint 1956 - 1966. **Journal of International Women's Studies**, Abingdon, v. 47, n. 6, p. 617-636, 2018.

LOURO, G. L. Uma leitura da História da educação sob a perspectiva do gênero. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 11, 1994.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Panorama da educação: destaques do Education at a Glance 2019**. Brasília, DF: INEP, 2020.

PASSOS, L.; GUEDES, D. R. Participação feminina no mercado de trabalho e a crise de cuidados da modernidade: conexões diversas. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n. 50, p. 67-94, 2018.

ESTATÍSTICAS SOCIAIS. PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. **Agência IBGE de notícias**, Rio de Janeiro, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 15 out. 2020.

PRÁ, J. R.; CEGATTI, A. C. Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 10, n. 18, 2016.

ROCHA, D. V. M. da; GONÇALVES, M.; DAROSSO, M. Violência doméstica contra a mulher: breve análise sobre a igualdade entre homens e mulheres no decorrer de situações históricas. **Revista da UNIFEBE**, 2009.

SINGH, S. Voicing their stories: a discourse on the relationship between education and the social position of Indian women in the mid-twentieth century. **Journal of International Women's Studies**, Abingdon, v. 21, n. 2, p. 153-168, 2020.

SOUSA, A. da S. Q.; MACIEL, C. E. Expansão da educação superior: permanência e evasão em cursos da Universidade Aberta do Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, p. 175-204, 2016.

SOUSA, A. da S. Q.; MÁRTIRES, H.; SOUSA, C. Motivos para evadir da Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve/Portugal, segundo os estudantes. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 56, n. 47, p. 42-68, 2018.

STONE, C. *et al.* Opportunity through online learning: Experiences of first-in-family students in online open-entry higher education. **Australian Journal of Adult Learning**, [S. l.], v. 56, n. 2, p. 146, 2016.

STONE, C. *et al.* Equal or equitable? The role of flexibility within online education. **Australian and International Journal of Rural Education**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 26-40, 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.